

Recuperação à vista?

Dionísio Dias Carneiro

Economista, diretor da Galanto Consultoria e do IEPE/CdG

12 de fevereiro de 2009

O colapso dos fluxos comerciais foi o canal por onde a crise bancária global atingiu a produção industrial e o emprego em todo o mundo. A qualidade das medidas locais determinará a extensão dos danos à economia brasileira.

Para a produção industrial, a globalização das compras intermediárias tem sido um elemento importante para a disseminação dos ganhos de produtividade por todo o planeta. Qualquer industrial moderno enxergou a oportunidade de baixar os custos de produção e tornar-se competitivo, quando percebeu que poderia estender sua lista de fornecedores para fora das fronteiras. Isso vale para o fabricante de camisetas, que modernizou sua produção, para o produtor de veículos e para o pecuarista que se prepararam para enfrentar a concorrência internacional. Na Ásia, a integração entre as indústrias chinesa, japonesa e coreana incluiu os vizinhos do sul, Tailândia, Vietnã, Cambodia, na divisão de trabalho. Ao mesmo tempo que a lógica do crescimento baseado nas exportações pode ser estendida, os mercados internos de consumo cresciam graças à incorporação de mão de obra mais treinada e com maior poder de compra.

A incorporação do progresso técnico permitida pela importação de máquinas e pela adoção de processos produtivos desenvolvidos em outras economias permitiu que se transformasse um crescimento baseado na incorporação de mais trabalho e mais capital em um crescimento baseado em aumento da produtividade total. A velocidade de expansão do crédito permitiu que fossem incorporados em ritmo notável, para tempos de paz, novos contingentes de mão de obra e novas tecnologias de processo e de produto. Infelizmente, essa velocidade propiciada pelo baixo custo de financiamento dependia de características da intermediação financeira que se revelaram, do lado da oferta, excessivamente frágeis: inovações financeiras sem regulação compatível com sua complexidade, alavancagens crescentes baseadas em seguros ilusórios que davam aos produtores de crédito uma falsa impressão de que corriam baixo risco, política monetária acomodatória.

A paralisação dos fluxos comerciais foi tão rápida que resultou em uma acumulação indesejada de estoques. Isso perturbou toda a programação da produção e aumentou a demanda insatisfeita por capital de giro, pressionando a liquidez. Este foi o quadro da virada do ano.

Há sinais de que este efeito de superestocagem, que para alguns analistas caracteriza um “ciclo normal de estoques”, cuja resolução costuma levar tempo, seja mais rapidamente corrigido, por razões que diferem caso a caso. No Brasil, as vendas de automóveis foram reativadas por medidas específicas (redução do IPI e ação direta de financiamento) e isso se reflete nas compras de insumos. Na China, a volta às compras de minérios já provocou recuperações significativas nos preços do frete. Para preços e quantidades que caíram 80 ou 90%, recuperações de 20 e 30% em um mês, podem não significar nada em termos de recuperação cíclica, apenas que a paralisação de financiamentos, uma anomalia dessa crise, está sendo corrigida. Daí a falar em recomposição do crédito, da produção, dos fluxos comerciais e do emprego, vai uma distância considerável.

Indicadores preliminares dão conta de que no Brasil, que não é dos países mais atingidos, o cenário de redução do PIB em 2009 continua provável. Os danos feitos ao nível de produção programada, ao ritmo dos investimentos e ao emprego poderão ser, ao longo do ano, atenuados por medidas compensatórias do lado da política monetária, da oferta de crédito público e dos estímulos diretos aos investimentos e à compra de habitações. Mas para evitar que se tornem realidade os piores prognósticos, o governo precisa abandonar a idéia de que tudo pode. Não deve subestimar os efeitos recessivos que ainda estão para chegar, na forma de menor demanda por exportações, menor financiamento externo e sobretudo pela queda dos investimentos estrangeiros. No caso do setor imobiliário, que será beneficiado pela queda dos juros em andamento, seria desejável que o Presidente aproveitasse sua ofensiva junto aos prefeitos e exigisse das prefeituras maior rapidez no processo de licenciamento de construções, em troca de financiamentos especiais para os trabalhos de urbanização das áreas novas a serem construídas. Certamente uma pauta que poderia contribuir mais para defender o nível de emprego no Brasil do que o perdão dos calotes previdenciários que estimula mais do mesmo.